

● *organizadoras*

MARIA ELIZABETH G. TEIXEIRA ROCHA ANA CAROLINA A. CAPUTO BASTOS
CHRISTINE OLIVEIRA P. DA SILVA JULIA DE BAÉRE C. D'ALBUQUERQUE
CRISTINA MARIA NEVES DA SILVA MANUELA S. FALCÃO ALVIM DE OLIVEIRA

ELA pede
VISTA

Estudos em Homenagem à
Ministra Rosa Weber

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Foto: Fellipe Sampaio
Revisão: David Sobreira
Editor chefe: Bruno Fuga

**Ela Pede Vista: Estudos em Homenagem
à Ministra Rosa Weber. / Organizadoras:**
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira
Rocha, Christine Oliveira Peter da Silva,
Cristina Maria Gama Neves da Silva, Ana
Carolina Andrada Arrais Caputo Bastos,
Julia de Baêre Cavalcanti d'Albuquerque,
Manuela Simões Falcão Alvim de Oliveira.
– Londrina, PR: Thoth, 2023.

695 p. ~~1042247~~

Inclui Bibliografias.

ISBN: 978-65-5959-578-5

1. Direito constitucional. 2. Supremo Tribunal
Federal. 3. Precedentes. I. Ferros, Marília
Carvalho Neves. (Org.) et al.

CDD 341.2

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Constitucional: 341.2

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Júnior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
peia Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORAS	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
NOTA DA <i>ELAS PEDEM VISTA</i>	21
APRESENTAÇÃO	25
PREFÁCIO	29

CAPÍTULO 1

Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira

Patrícia Maria Santana Sampaio

OS NOVOS RUMOS DA TEORIA DA PONDERAÇÃO E A PRINCIOLOGIA DESTACADA NO JULGAMENTO DA ADC Nº 48 E DA ADI Nº 3.961	45
Introdução.....	46
1 Contextualização do julgado da ADC Nº 48 e da ADI Nº 3.961/DF: tese prevalecente e possíveis implicações.....	48
2 Principiologia extraída da fundamentação: a dicotomia basilar do direito do trabalho revisitada	54
3 Teoria da ponderação: visão crítica e concordância prática.....	57
Considerações finais	61
Referências	61

CAPÍTULO 2

Alexandra Fuchs de Araújo

Élida Graziane Pinto

Helena Campos Refosco

ACESSO À JUSTIÇA E A EXECUÇÃO INVERTIDA DA SENTENÇA COLETIVA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA: REFLEXÕES A PARTIR DOS ENSINAMENTOS DA MINISTRA ROSA WEBER	63
Introdução.....	63
1 O tema 1.169 STJ e a forma atual de liquidação do título coletivo	65
2 Execução invertida contra a fazenda pública	67
3 Compatibilidade da execução invertida com os princípios do orçamento público e do sistema de precatórios	69

4 Honorários advocatícios na execução invertida.....	74
Considerações finais	75
Referências	77

CAPÍTULO 3

Alice Bianchini

ADC 19 E ADI 4424: A CONTRIBUIÇÃO DA MINISTRA ROSA WEBER PARA A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA	79
Introdução.....	79
1 Os temas objeto da ADC 19 e da ADI 4424.....	81
1.1 Na ADC 19.....	82
1.2 Na ADI 4424.....	83
2 A contribuição do voto min. rosa weber na ADC 19 e na ADI 4424 para a garantia da aplicação da lei maria da penha	85
2.1 Na ADC 19.....	85
2.2 Na ADI 4424.....	89
3 Reiterados descumprimentos de dispositivos da Lei Maria da Penha, mesmo após o julgamento, em conjunto, da ADC 19 e da ADI 4424.....	92
Considerações finais	96
Referências	98

CAPÍTULO 4

Aloysio Corrêa da Veiga

Cesar Zucatti Pritsch

A IMPORTÂNCIA DOS VOTOS DIVERGENTES E O CASO DA RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS NA TERCEIRIZAÇÃO PÚBLICA	103
Introdução.....	103
1 A importância dos votos divergentes para a maturação do debate – plessy v. ferguson e Lochner v. New york.....	106
2 Voto vencido da relatora, Ministra Rosa Weber, no RE n° 760.931, Tema 246 da Repercussão Geral.....	110
3 Distribuição do ônus da prova e suas balizas: questões em aberto	117
Considerações finais	120
Referências	121

CAPÍTULO 5

Ana Beatriz Robalinho

A JUÍZA DOS LIMITES: A TRAJETÓRIA E O LEGADO DA MINISTRA ROSA WEBER NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	125
Introdução.....	125
1 O procedimento como limite de poder.....	127

2 Os limites ao poder judicial na atuação da ministra Rosa Weber.....	129
3 Um paralelo entre juízas constitucionais.....	132
Considerações finais	136
Referências	136

CAPÍTULO 6

Ana Cláudia Farranha

Tainá Aguiar Junquilha

MODULAÇÃO INFORMACIONAL NO STF: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS	141
Introdução.....	141
1 Modulação informacional: compreensão analítica	142
2 A ADI 5527 e a ADPF 403: as audiências públicas e contribuições ao tema..	144
3 ADI 6390: A proteção constitucional dos dados pessoais.....	147
4 Considerações finais: a modulação informacional e suas perspectivas	149
Referências	150

CAPÍTULO 7

Ana Frazão

O DIREITO CONSTITUCIONAL À PROTEÇÃO DE DADOS: REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO VOTO DA MINISTRA ROSA WEBER NA ADI 6.387	153
Introdução	153
1 Breves considerações sobre os fundamentos da proteção de dados pessoais..	154
1.1 A dimensão existencial da proteção de dados pessoais	154
1.2 Uma nova compreensão da privacidade.....	159
2 Contornos do direito à proteção de dados na visão da ministra Rosa Weber..	163
2.1 Breve contextualização do caso e a decisão liminar da ministra Rosa Weber..	163
2.2 Voto da ministra Rosa Weber: síntese dos fundamentos essenciais da proteção de dados pessoais	167
Considerações finais	173
Referências	174

CAPÍTULO 8

Ana Paula de Barcellos

CRIMINAL LAW, DISAGREEMENT, AND THE INSTITUTIONAL DESIGN OF SUPREME COURTS. A TRIBUTE TO BRAZILIAN JUSTICE ROSA WEBER	177
Introduction	177
1 Criminal law and disagreement. what do we do when we disagree?.....	178
2 The starting point of a prison sentence and the brazilian supreme court....	181
3 Brazilian supreme court's institutional design and disagreement.....	184

4 Justice Rosa Weber: The example of a public service-focused justice.....	187
References	188

CAPÍTULO 9

André Luiz de Almeida Mendonça

Juliana Oliveira Domingues

LIVRE INICIATIVA E LIVRE CONCORRÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA MINISTRA ROSA WEBER À INTERPRETAÇÃO DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORDEM ECONÔMICA

191

Introdução.....

191

1 O ART 170 da CF e os princípios garantidores do equilíbrio da ordem econômica

193

2 ADPF 706: (In)exigibilidade de aplicação de descontos lineares nas mensalidades.....

198

Considerações finais

203

Referências

204

CAPÍTULO 10

Assusete Magalhães

João Marcelo Torres Chinelato

A QUESTÃO QUILOMBOLA NO STF: IDENTIDADE E TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

207

Introdução.....

207

1 Dos quilombos às comunidades remanescentes.....

208

2 As questões envolvidas no julgamento da ADI 3.239/DF.....

213

2.1 A direta regulamentação do art. 68 do ADCT pelo Decreto 4.887/2003... 215

2.2 A desapropriação de terras de tradicional ocupação quilombola

215

2.3 Os critérios de autoatribuição, autodefinição e a indicação de terras pelas comunidades remanescentes

216

2.4 As referências ao marco temporal.....

218

Considerações finais

220

Referências

221

CAPÍTULO 11

Bianca Maria Gonçalves e Silva

Julianna Sant'ana Sesconetto

A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER: CRIAÇÃO DA COMISSÃO TSE MULHERES.....

223

Introdução.....

223

1 Histórico da comissão e principais atividades desenvolvidas no curso da gestão da ministra Rosa Weber.....

225

2 O que encontrar no portal TSE mulheres

228

2.1 História

229

2.2 Estatísticas.....	233
Considerações finais	234
Referências	235

CAPÍTULO 12

Cristiane Damasceno Leite

Sara de Assis Aquino

“TEM A PALAVRA, MINISTRA”: ROSA WEBER E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE COM PERSPECTIVA DE GÊNERO..... 237

Introdução..... 237

1 O controle de constitucionalidade e os direitos fundamentais..... 239

2 O julgamento com perspectiva de gênero e sua importância para em uma democracia constitucional..... 241

3 Casos paradigmáticos de relatoria da ministra Rosa 246

Considerações finais
 249 |

Referências
 250 |

CAPÍTULO 13

Daniele Maranhão Costa

A CONSTITUCIONALIDADE E A CONVENCIONALIDADE DAS LIMITAÇÕES IMPOSTAS AOS PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS DO TABACO E O EMPREGO DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IAC) PARA CONSOLIDAÇÃO DA ADI 4.874 E DA CONVENÇÃO-QUADRO SOBRE O CONTROLE DO USO DO TABACO.....253

Introdução..... 253

1 As questões técnicas no âmbito do controle judicial de políticas públicas... 254

2 O controle de constitucionalidade da proibição do uso de aditivos com propriedades flavorizantes ou aromatizantes em produtos do tabaco (adi 4.874).....255

3 A convenção-quadro sobre controle do uso do tabaco como parâmetro de controle..... 258

4 O emprego do IAC e a importância da gestão estratégica na estabilização de expectativas normativas legítimas..... 262

Considerações finais
 265 |

Referências
 266 |

CAPÍTULO 14

Delaide Alves Miranda Arantes

Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos

UMA VOZ EM DEFESA DO TRABALHO DECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 269

Introdução..... 269

1 A reforma trabalhista, o supremo tribunal federal e a onda neoliberal recarizante.....	271
2 Fundamentos constitucionais em defesa do direito do trabalho e do trabalho decente.....	274
Considerações finais.....	281
Referências.....	281

CAPÍTULO 15

Ela Wiecko V. de Castilho

A “ESCRavidÃO MODERNA” É MAIS SUTIL DO QUE A DO SÉCULO XIX.....	283
Introdução.....	283
1 O crime do Art. 149 do código penal como crime contra a organização do trabalho: RE n. 398.041.....	285
2 O crime do Art. 149 do Código Penal não exige cerceamento da liberdade de locomoção: a disputa conceitual.....	287
3 A tentativa de reduzir a possibilidade de enquadramento penal por meio de uma portaria.....	291
4 O tema 1158 de repercussão geral.....	293
Considerações finais.....	295
Referências.....	297

CAPÍTULO 16

Fernanda Guimarães Hernandez

FEDERALISMO COOPERATIVO: AUXÍLIO OBRIGATÓRIO DA UNIÃO A RORAIMA NA GESTÃO DA CRISE DE REFUGIADOS VENEZUELANOS.....	299
Introdução.....	299
1 Voto da ministra Rosa Weber na ação cível originária Nº 3.121.....	303
Considerações finais.....	312
Referências.....	313

CAPÍTULO 17

Flávia Piovesan

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS: FORTALECENDO O DIÁLOGO ENTRE O STF E O SISTEMA INTERAMERICANO.....	317
Introdução.....	317
1 Proteção dos direitos dos povos indígenas e tradicionais à luz da perspectiva multinível.....	318
2 Proteção dos territórios quilombolas: a ADI n.3.239 e o diálogo entre o STF e o sistema interamericano.....	323
Considerações finais.....	325
Referências.....	328

CAPÍTULO 18**Gilmar Ferreira Mendes**

O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A ABERTURA DA ORDEM CONSTITUCIONAL À TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA: ANÁLISE DO JULGAMENTO DA ADI 6.387	329
Introdução	329
1 A inovação jurídica como contra-face da inovação técnica: a permanente abertura da ordem constitucional à transformação tecnológica.....	332
2 Direito fundamental à proteção de dados pessoais	335
2.1 A evolução do conceito de privacidade.....	336
2.2 Do direito fundamental à proteção de dados pessoais na ordem constitucional brasileira.....	340
Considerações finais	345
Referências	348

CAPÍTULO 19**Guilherme Augusto Caputo Bastos**

A EVOLUÇÃO DO DIREITO PORTUÁRIO E O TRABALHO DA MULHER NOS PORTOS NACIONAIS	351
Introdução.....	351
1 A evolução da atividade portuária.....	352
2 A base normativa do direito portuário	355
3 A participação da mão de obra da mulher no setor portuário.....	357
Considerações finais	363
Referências	364

CAPÍTULO 20**Heloisa Estellita**

“SOU FRUTO DO MEU TEMPO E TENHO QUE TER OS OLHOS VOLTADOS PARA O FUTURO”: UM PANORAMA DO LEGADO DA MINISTRA ROSA WEBER NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE E DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (COM REPERCUSSÕES NA ESFERA PENAL)	365
Introdução.....	365
1 Dados pessoais em computador funcional e a proteção do direito à privacidade (RHC 132062, 2016).....	366
2 Compartilhamento massivo de dados pessoais com o IBGE (ADI 6387-MC, 2020).....	367
3 Direito à privacidade nas comunicações privadas, o caso do bloqueio de aplicação de mensageria (ADI 5527, 2020).....	368
4 Compartilhamento de dados com a ABIN (ADI 6529, 2020)	369
5 Formação de dossiês, privacidade e democracia (ADPF 722, 2020)	370
6 Compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos (Cadastro base do	

cidadão, ADPF 695 e ADI 6649, 2022).....	371
7 Obtenção de dados pessoais de empresas localizadas no exterior (ADC 51, 2023).....	373
Considerações finais.....	374
Referências.....	374

CAPÍTULO 21

Ilona Szabó

Maria Eduarda Assis

O CONTROLE DE ARMAS NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DA MINISTRA ROSA WEBER PARA O TEMA	375
Introdução.....	375
1 Histórico do controle de armas e munições no Brasil.....	377
2 Flexibilização do controle de armas no Brasil nos últimos 4 anos.....	381
3 O voto da ministra Rosa Weber e sua relevância para a contenção dos retrocessos na área de segurança pública	383
Considerações finais	389
Referências.....	390

CAPÍTULO 22

José Antonio Dias Toffoli

Daiane Nogueira de Lira

A ADI Nº 3.239 E OS DIREITOS DOS REMANESCENTES DE COMUNIDADES DE QUILOMBOS NO BRASIL.....	395
Introdução.....	395
1 A constituição de 1988 e os remanescentes de comunidades de quilombos.....	396
2 Evolução normativa do procedimento de identificação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos.....	398
3 A ação direta de inconstitucionalidade Nº 3.239	403
Considerações finais	408
Referências.....	408

CAPÍTULO 23

Joyce Dias

DENÚNCIA DE TRATADO INTERNACIONAL EXIGE APROVAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL.....	411
Introdução.....	411
1 As quatro teses do supremo tribunal federal.....	414
1.1 Primeira tese: denúncia de tratado não exige aprovação do Congresso Nacional.....	414
1.2 Segunda tese: denúncia de tratado é aperfeiçoada se houver aprovação posterior do Congresso Nacional.....	415
1.3 Terceira tese: denúncia de tratado exige aprovação do Congresso Nacional, atingindo inclusive denúncias passadas.....	416

1.4 Quarta tese (vencedora): denúncia de tratado exige aprovação do Congresso Nacional, atingindo somente denúncias futuras.....	420
Considerações finais	422
Referências	422

CAPÍTULO 24

Lelio Bentes Corrêa

Helena Martins de Carvalho

INDISPONIBILIDADE DAS HORAS <i>IN ITINERE</i> : A PROTEÇÃO AO REPOUSO COMO UM DIREITO HUMANO DO TRABALHADOR	425
Introdução.....	425
1 O voto divergente da ministra Rosa Weber	426
2 O direito humano ao repouso como um direito trabalhista inespecífico	428
3 Limites da autonomia negocial coletiva.....	431
Considerações finais	435
Referências	437

CAPÍTULO 25

Lívia Gil Guimarães

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO STF NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRA.....	439
Introdução.....	439
1 As audiências públicas como uma possibilidade de participação social no STF.....	442
2 Introdução legislativa das audiências públicas no controle de constitucionalidade brasileiro: As Leis N° 9.868/99 e N° 9.882/99	443
3 Regimento interno do STF e a emenda N° 29/09: Novidades e transformações no instituto	446
4 Ministra Rosa Weber e a contribuição à ferramenta das audiências públicas: a realização do espaço deliberativo.....	448
Considerações finais	450
Referências	452

CAPÍTULO 26

Luciana Lóssio

DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO BRASIL E VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL.....	455
Introdução.....	455
1 Cotas de candidaturas e sua fraude	456
2 A evolução quantitativa da participação feminina no Brasil	461
3 Financiamento de campanha e propaganda eleitoral destinada a candidaturas de mulheres	464
4 Vedação ao retrocesso social.....	470
Considerações finais	472

Referências	473
-------------------	-----

CAPÍTULO 27

Luís Roberto Barroso

SEPARAÇÃO DE PODERES, TRANSPARÊNCIA I. INTEGRIDADE: O CASO DO ORÇAMENTO SECRETO.....	477
Introdução.....	477
1 Delineamento da controvérsia: a hipótese.....	480
2 Explicação da controvérsia: as emendas parlamentares do relator-geral e o esquema do orçamento secreto.....	481
3 A análise da controvérsia: a inconstitucionalidade do orçamento secreto.....	486
3.1 A violação ao princípio da separação dos poderes.....	487
3.2 A violação ao princípio da transparência.....	488
Considerações finais	491
Referências	492

CAPÍTULO 28

Luiz Edson Fachin

Christine Peter da Silva

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM ROSA	493
Introdução.....	493
1 Mulher: Sujeito de direitos fundamentais? ²	494
2 Hermenêutica constitucional feminista.....	496
3 Democracia: feminista e paritária.....	497
4 Uma mulher no STF e a jurisprudência sobre direitos fundamentais das mulheres.....	500
Considerações finais	505
Referências	506

CAPÍTULO 29

Maria Claudia Bucchianeri

DA NECESSÁRIA INCLUSÃO DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS NAS AIJES QUE APURAM A PRÁTICA DE FRAUDE À COTA DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DAS LISTAS DE CANDIDATURA	509
Referências	520

CAPÍTULO 30

Melina Girardi Fachin

Kássia Martins

CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA EM PAUTA: REFLEXÕES SOBRE A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1.008.166.....	523
Introdução.....	523

1 O caso RE 1.008.166 e a perspectiva de gênero	526
2 Descrição da lide	527
3 O caso RE 1.008.166 e a perspectiva de gênero	529
3.1 Análise da decisão do STF sob a ótica do constitucionalismo feminista.....	529
3.2 O caso RE 1.008.166 e a perspectiva de gênero: o voto da ministra Rosa Weber e sua fundamentação na perspectiva de gênero.....	531
3.3 As implicações do RE 1.008.166 para o constitucionalismo feminista: as possibilidades de avanço da perspectiva de gênero na jurisprudência brasileira.....	533
Considerações finais	535
Referências	537

CAPÍTULO 31

Mônica Sifuentes

A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DE ROMA NO BRASIL: O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO	539
Introdução.....	539
1 Dúvidas sobre a compatibilidade do estatuto de roma com o direito interno....	540
2 A gênese do ART. 5º, § 4º, da constituição federal	542
3 Reflexões sobre o dispositivo.....	545
3.1 Inadequada topografia constitucional	545
3.2 Imprecisões terminológicas	546
3.3 O propósito de “constitucionalizar” o Estatuto de Roma deu certo?	547
3.4 Considerações sobre a constitucionalidade do Estatuto de Roma	548
Considerações finais	550
Referências	550

CAPÍTULO 32

Paula Pessoa Pereira

Rodrigo Lobo Canalli

O DESAFIO DA EFETIVAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL...553	553
Introdução.....	553
1 Primeiro momento constitucional e a posição não concretista.....	556
2 Segundo momento constitucional e a posição concretista individual nas concepções intermediária e pura	560
3 Terceiro momento constitucional e a posição concretista geral.....	565
Considerações finais	569
Referências	569

CAPÍTULO 33

Paulo Iotti

DIREITOS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO (LGBTI+) SEGUNDO A MINISTRA ROSA WEBER.....	573
Introdução.....	573

1 O direito à não-discriminação nas forças armadas. ADPF 291.....	577
2 O direito à mudança de nome e sexo de pessoas transgênero. ADI 4275 e RE 670.422/RS.....	579
3 O dever constitucional de proteção penal das pessoas LGBTI+ e o reconhecimento da homotransfobia como crime de racismo. ADO 26 e MI 4733.....	587
Considerações finais	593
Referências	594

CAPÍTULO 34

Regina Helena Costa

RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	597
Introdução.....	597
1 Responsabilidade do estado em matéria tributária na jurisprudência dos tribunais superiores.....	598
1.1 Supremo Tribunal Federal.....	599
1.2 Superior Tribunal de Justiça.....	600
Considerações finais	605
Referências	605

CAPÍTULO 35

Renata Saraiva

Eduarda Chacon Rosas

ENCONTRO HISTÓRICO ENTRE DIREITO E DETERMINISMO TECNOLÓGICO: A MINISTRA ROSA WEBER E A ADI 5527.....	607
Introdução.....	608
1 A criptografia como vocabulário (jurídico).....	610
2 Encriptação a serviço da privacidade.....	615
3 O futuro da relação direito-tecnologia	618
Considerações finais	619
Referências	620

CAPÍTULO 36

Salise Monteiro Sanchotene

Rafaela Santos Martins da Rosa

A REATIVAÇÃO DO FUNDO AMAZÔNIA PELO JULGAMENTO DA ADO 59: UM VOTO MEMORÁVEL DA MINISTRA ROSA WEBER.....	623
Introdução	623
1 A ação direta de inconstitucionalidade por omissão n.º 59: partes, fundamentos e pedidos.....	624
2 Os temas centrais do julgamento da ADO 59	627
3 O legado da decisão proferida na ADO 59 para o futuro da litigância ambiental	

e climática brasileiras	633
Considerações finais	634
Referências	635

CAPÍTULO 37

Samantha Ribeiro Meyer-Pflug Marques

Bruna Sampaio de Angel

LICENÇA PARENTAL E EQUIDADE DE GÊNERO	637
Introdução	637
1 A igualdade de gênero no trabalho	638
2 A igualdade de gênero e licença maternidade	643
3 Da licença parental	648
Considerações finais	651
Referências	652

CAPÍTULO 38

Soraya Santos

ROSA WEBER: UM OLHAR FEMININO	655
Referências	664

CAPÍTULO 39

Teresa Arruda Alvim

PRECEDENTES COMO FUNDAMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS..	665
Referências	676

CAPÍTULO 40

Cristina Maria Gama Neves da Silva

Ana Carolina Andrada Arrais Caputo Bastos

Julia de Baére Cavalcanti d'Albuquerque

Manuela Simões Falcão Alvim de Oliveira

CANDIDATURAS FEMININAS: A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO E DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA..	677
Introdução	677
2 Direitos políticos e democracia	678
3 O cenário de sub-representação feminina no Brasil	681
4 Evolução normativa e jurisprudencial	683
5 Injustificada resistência dos partidos políticos	686
6 A proteção constitucional às candidaturas femininas	688
Conclusão	691
Referências	692